

Caros Colegas,

Comunico a vocês que após a rejeição da proposta de Termo de Acordo enviada inicialmente ao Conselho, o governo passou a se mobilizar de forma a acreditar que a solução do impasse com os policiais federais poderia estar mais próxima que nos anos anteriores.

Instada a relatar quais seriam os pontos em que a categoria mais se baseou para rejeitar, a Diretoria da FENAPEF relatou aos Ministérios da Justiça e do Planejamento que as dificuldades principais residiam em quatro pontos: 1 – percentual de 15,8% dado à maioria das categorias, sendo que somos a única categoria que tem 07 anos de congelamento e, além de tudo, foi concedido o percentual de 25,8% a outros cargos da mesma carreira policial, na classe inicial, aumentando o fosso salarial, além de não cobrir as perdas inflacionárias, ferindo dispositivos das leis 9.266 e 10.331. 2 – que os resultados do GT teriam que ser um encaminhamento de proposta legislativa, preferencialmente medida provisória, caso contrário, seria apenas mais um relatório, e seria ingenuidade de nossa parte se assim aceitássemos. 3 – modificação do NS na Lei nº 9.266, pois o entendimento geral e do TCU é de que o Decreto nº 2.320/87 já foi revogado. 4 – os PAD's se tornaram uma questão de honra entre FENAPEF, Sindicatos e sindicalizados, quando foram buscadas as suas anistias.

Quais seriam os instrumentos legislativos para cada ato? Um projeto de lei proporá a alteração na LOA desse ano para que o índice de 15,8% possa ser concedido. A partir da alteração da LOA do ano passado (que tem reflexo para o ano de 2014), uma medida provisória será publicada concedendo tal reajuste. Com relação ao GT, o resultado deste ainda não está definido se será um projeto de lei ou medida provisória que será encaminhado ao Congresso Nacional.

15,8%

Alguns desses pontos considerados valiosos foram remodelados e se aproximaram daquilo que buscamos. Entretanto, o percentual de 15,8% não sofreu modificação, frisando tanto o Ministro da Justiça quanto o Secretário de Relações de Trabalho que nunca houve aprovação de percentuais diferenciados para a 2ª e 3ª classes dos EPA's, ou seja, a proposta dita pelo DG nunca foi objeto de análise e aprovação do MJ e do Secretário.

Apesar da intransigência em relação aos 15,8%, o governo ofereceu uma parcela inicial de 12% a ser paga tão logo seja editada a medida provisória, sem abrir possibilidades de pagamentos retroativos.

Como os 15,8% serão implementados? A princípio um projeto de lei (PL) será encaminhado ao Congresso Nacional (CN) para alteração da LOA desse ano, caso contrário não há como conceder o reajuste dos 15,8%. No mesmo dia de sua aprovação, uma medida provisória será editada pela Presidente da República concedendo o

aumento. Já há acordo com parlamentares buscando viabilizar a aprovação do referido PL no mesmo dia em que chegar ao CN através de uma votação de lideranças.

NÍVEL SUPERIOR

O governo cedeu quanto à questão de inserção do nível superior dos três cargos na Lei nº 9.266/96 e aceitou a inclusão do termo “**para todos os fins legais**”. Esse item já será contemplado na medida provisória que encaminhará os 15,8%. Não correremos risco de delegados e peritos estarem como de nível superior numa norma e nós (EPA's) não. Resolvida essa questão, o Decreto nº 2.320/87 estará definitivamente revogado para fins de classificação de nossa carreira.

RESULTADO DO GT NA FORMA DE PROPOSTA DE INSTRUMENTO LEGAL (MP OU PL)

Em suma, o trabalho do GT não será a elaboração de um simples relatório de intenções. Será sim um encaminhamento de proposta ao Legislativo. A questão do “comum acordo entre as partes” citado pelo governo nada mais é do que o encaminhamento daquilo que for finalizado pelo GT.

Caso a diretoria verifique que esteja havendo interferências externas, principalmente da ADPF, será feita uma comunicação imediata à base e a própria FENAPEF adotará medidas combativas a qualquer intromissão negativa.

Cabe frisar que o governo, inicialmente, tentou estabelecer um GT de 180 dias, em seguida 90 dias e, por fim, 75 dias, enquanto a federação buscou sua implementação e finalização em 15 dias, depois 30 dias e, ao final, 45 dias. Caso a diretoria entenda que, durante os primeiros 75 dias a ideia seja de procrastinar sem buscar resolver o problema, não haverá continuidade, ou seja, os outros 75 dias ficarão prejudicados e retomaremos as manifestações com mais força do que antes.

PAD's

Com relação aos PAD's, é de conhecimento público que a maioria dos diretores da Federação responde ou já foram punidos em processos administrativos, bem como vários sindicalistas e sindicalizados pelo Brasil afora. Não há a menor possibilidade de a Federação abandonar ou permitir que continuem as perseguições a colegas que participaram e participam da luta sindical.

Temos um ofício do MJ garantindo a participação da OAB e da CGU que acompanharão o andamento dos processos disciplinares e poderão opinar. Sem contar que, uma vez averiguado por uma entidade respeitada no mundo jurídico, não há a menor possibilidade de se considerar que o Ministro da Justiça e seus assessores jurídicos irão chancelar eventuais perseguições e o descumprimento do Acordo 029/2012, assinado pelo DG, FENAPEF e MPOG.

Para garantir essa linha de solução, já foram feitos contatos com a Presidência da OAB nacional que se manifestou de forma favorável à participação na finalização desse processo de negociação.

Cabe destacar que, repetindo os termos da cláusula quarta, o GT será formado “para apresentar proposta de uma **segunda fase do processo de reestruturação** com modificações adicionais na estrutura dos cargos de agente, escrivão e papiloscopista do DPF”.

DIAS PARADOS

Tal item não constará nesse Termo ora sob análise, mas já há entendimento consolidado junto ao MPOG e MJ de que um Termo específico para tal fim será assinado no mesmo instante da assinatura desse que está sendo discutido.

CENÁRIO

A avaliação sobre o cenário que se aproxima é o fator mais preponderante para que a diretoria da federação esclareça essas novas modificações e oriente os sindicatos a proceder a nova votação com a maior quantidade de sindicalizados possível, como forma de se desmistificar eventual política de “tudo ou nada”, de intransigência ou submissão às imposições do governo federal em torno de uma questão justa e legal já apontada por representantes do próprio governo federal.

A Copa se iniciará daqui a 20 dias e o prazo para efetivação de qualquer proposta é 04 de julho. Em virtude disso, está prevista apenas mais uma reunião de líderes no Congresso (Câmara e Senado) para deliberar votações de medidas provisórias e matérias urgentes.

A Lei de Responsabilidade Fiscal e a Lei Eleitoral impedem qualquer modificação na LDO e LOA após 04 de julho e até o fim das eleições.

A nossa mobilização estará afetada pelas recentes decisões do STJ e do STF, além das convocações de grande parte do nosso efetivo, inclusive os mais aguerridos, para os trabalhos na Copa do Mundo.

O governo do PT pode encerrar seu ciclo em dezembro. Tanto neste mandato quanto na possibilidade de assumir outro governo, 2015 não será um ano aberto a negociações, menos ainda as que envolvem grande complexidade como a nossa.

Todas as categorias que tiveram aumentos diferenciados como professores (42%), militares (acima de 30%), peritos agrários (até 34%), não tinham inimigos internos e contaram com o envolvimento direto dos ministros das respectivas pastas.

Destacamos ainda que enquanto nossa luta não pode ser partidária nesse momento. Enquanto o PT no Executivo nos trata com descaso, o PT do Legislativo tem nos proporcionado propostas concretas de avanço, como é o caso das PEC's. Portanto, não

recomendamos ataques diretos ao partido do governo, frisando que, **na atual diretoria da FENAPEF não há nenhum membro que integre tal partido.**

CONCLUSÃO

Como muitos devem saber, outras reuniões ocorreram ao longo da semana passada com integrantes do alto escalão do governo federal e todos se manifestaram a nosso favor. No entanto, isso não pode implicar, no momento, em alterações no Termo objeto do atual debate, pois isso caberia ao MJ em conjunto com o MPOG.

As negociações ainda se encontram em andamento e novas melhorias estão sendo buscadas pela Diretoria da FENAPEF, na tentativa de incrementarmos o máximo possível o Termo de Acordo, inclusive com relação a um aumento na primeira parcela que integrará os 15,8%.

Cabe destacar que o cenário é desfavorável e ainda corremos contra o tempo, pois a decisão de aceitação não pode ser dada no final desse mês como todos imaginávamos, uma vez que para que o processo seja bem sucedido não depende apenas do Poder Executivo, através de medidas provisórias, mas necessitará também de atos do Congresso Nacional com a aprovação do PL que alterará a LOA.

Em que pese as tratativas continuarem e estarem abertas as possibilidades de termos de acordo paralelos (compensação de horas e outras questões administrativas), a Federação reconhece os últimos avanços e conclama toda a categoria para que, em caso de aceitação do novo acordo, que passa a ser a atual orientação da Federação, exclusivamente em virtude do cenário, para que cada policial federal do Brasil acompanhe esse GT nos primeiros 75 dias e se comprometa a se unir aos líderes tão logo seja verificada qualquer tipo de procrastinação dos itens que compõem esse acordo.

A Federação aconselha que não haja revide às provocações oriundas de delegados de polícia federal, seja nas redes sociais ou no ambiente de trabalho, uma vez que temos a certeza de que essa situação é temporária e a solução definitiva poderá vir com o desfecho desse GT, já computadas todas as desconfianças que temos junto a este governo.

Tais propostas devem ser apresentadas novamente às bases pelos Sindicatos em nova AGE para novas deliberações.

Visando dar transparência aos trabalhos do GT, a Federação proporá que todas as reuniões sejam gravadas e seu conteúdo seja disponibilizado na íntegra a todos os sindicatos.

Diretoria da FENAPEF